



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

O BOLSOLAVISMO COMO TENTATIVA DE ATUALIZAÇÃO DA AUTOCRACIA BURGUESA (1964-85)

JAMERSON SOUZA¹

DANDARA EMILLY SILVA CHAGAS²

YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO MORAIS³

MARIA CLARA EZEQUIEL MARINHO⁴

RESUMO

O artigo objetiva discutir o processo de formação ideológica do bolsolavismo, vertente conservadora hegemônica da “Era Bolsonaro”. Metodologicamente, partimos das raízes ideopolíticas do período histórico da ditadura militar no Brasil e concluiu-se que a extrema-direita na preparação ideopolítica do Governo Bolsonaro atualizou elementos presentes nas ações da Ditadura de 1964 a 1985 no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura militar. Governo Bolsonaro. Bolsolavismo. Extrema-direita.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo discutir el proceso de formación ideológica del bolsonavismo, vertiente conservadora hegemónica de la “Era Bolsonaro”. Metodológicamente, partimos de las raíces ideopolíticas del período histórico de la dictadura militar en Brasil y concluimos que la extrema derecha en la preparación ideopolítica del Gobierno de Bolsonaro actualizó elementos presentes en las acciones de la Dictadura de 1964 a 1985 en Brasil.

¹ Universidade Federal da Paraíba

² Universidade Federal de Pernambuco

³ Universidade Estadual da Paraíba

⁴ Universidade Estadual da Paraíba

Palabras clave: Dictadura militar. Gobierno de Bolsonaro. Bolsolavismo. Extrema derecha.

Introdução

O presente artigo traz em seu escopo uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e explicativo, tendo como objetivo refletir acerca do processo de formação ideológica do bolsolavismo. O que chamamos de *bolsolavismo* (união de bolsonarismo e olavismo) tem suas raízes ideológicas e históricas anteriores às eleições presidenciais de 2018. Se voltarmos à história do Brasil, observamos que muitos dos discursos e posições políticas que hoje ganham espaço remontam ao período sombrio da ditadura militar.

Tal vertente, o *bolsolavismo*, assumiu uma posição de hegemonia temporária frente aos discursos conservadores da época, aproximadamente entre 2017 a 2020. No entanto, suas raízes históricas encontram-se no período da ditadura militar brasileira, que impôs à sociedade uma espécie de “pedagogia da repressão”, incluindo revisionismo histórico, criminalização das esquerdas e anticomunismo como “guerra contra inimigos internos”. Essas características foram assimiladas e atualizadas nos movimentos estratégicos e táticos que prepararam a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República Federativa do Brasil.

No intuito de compreender as nuances do conservadorismo, onde está situado o que denominamos aqui como *bolsolavismo*, bem como as formas de dominação de classe hegemonizadas por esse fenômeno na atualidade, o método dialético de inspiração no pensamento de Karl Marx (1818-1883) oferece o suporte teórico indispensável, com categorias ontológicas e analíticas que subsidiam uma interpretação consistente do objeto de estudo em tela. Luta de classes, reprodução do capital, ideologia, alienação, fetichismo da mercadoria, podem ser mencionados como exemplos conceituais úteis ao presente estudo, ainda que não estejam textualmente expressos.

Entre as características dessa vertente hegemônica do conservadorismo no Brasil da “Era Bolsonaro”, o *bolsolavismo* apresenta uma radicalização da visão de mundo conservadora, recupera e justifica discursos e práticas antidemocráticas, atenta contra as instituições em sua “normalidade constitucional”, propaga o descrédito da ciência, cultua o irracionalismo e incita o ódio e a violência.

Tais traços marcantes nos permitem afirmar uma hipótese de trabalho assim definida: o

bolsolavismo atualiza os recursos ideológicos da Ditadura Militar brasileira, adaptando-o às linguagens das redes sociais e ganhando, assim, ressonância e capilaridade inimagináveis nas décadas de 1960 a 1980. Se esta hipótese tiver consistência suficiente, poderá amparar um desdobramento lógico e histórico: o *bolsolavismo* contribuiu para preparar, ideologicamente, os atos golpistas de 08/01/2023 no Brasil, servindo então como base para uma nova rodada de estudos e pesquisas.

Para tanto, elaboramos esta “Introdução”, onde definimos o objeto de estudo, os objetivos e a perspectiva teórico-metodológica adotada. Na sequência, construímos o tópico “a ditadura civil militar brasileira”, onde recuperamos características históricas do regime de exceção (ou regra?) na história da sociedade brasileira. Em seguida, apresentamos o ponto “elogio à ditadura e o *bolsolavismo*”, onde definimos com maior evidência a relação ideológica entre a Ditadura e sua atualização *bolsolavista*. As considerações finais procuram destacar os pontos de maior interesse e relevância para a provocação de novas problematizações.

A ditadura civil-militar brasileira

Em 2024, o Golpe de Estado de 31/03/1964 completou 60 anos. A memória histórica desse período registra uma ampla atuação repressiva e coercitiva, com destaque para a censura, as práticas de tortura e terrorismo de Estado, contra os mais variados setores da sociedade: intelectuais, artistas, militantes, funcionários públicos, políticos, entre outros. Contraditoriamente, foi construído um ideal de passado mítico pelo *bolsolavismo* sobre a Ditadura.

Esse passado idealizado contribui como motivação ideopolítica para a atuação dos grupos bolsonaristas radicalizados, que entre outras pautas, chegam a defender um “retorno do AI-5”, o ato institucional que instaurou o período mais sombrio da Ditadura, conhecido como “Anos de Chumbo”, que entre outros encaminhamentos, destacamos o mais deletério aos direitos humanos e individuais: a supressão do direito de *habeas corpus*, o que se desdobrou em prisões arbitrárias, sem direito ao devido processo legal. O Ato Institucional nº5 amparou a ampliação das torturas, perseguições, demissões, sequestros, desaparecimentos, espionagem, entre inúmeros outros atos típicos de regimes autoritários.

Por vinte e um longos anos (1964 -1985), a sociedade brasileira sofreu intensa opressão política e instabilidade sob a liderança de militares no poder, que se alternavam entre altas patentes particularmente do Exército (generalato), a despeito da propaganda ufanista e ilusória

que tentava emplacar uma imagem de “Brasil potência”. Netto (2014, p.16) afirma que esse período pode ser caracterizado por retrocessos que “impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordaça”.

Não é à toa que esta época seja lembrada pelos setores progressistas como uma das mais sombrias quadras da história do Brasil. Os setores conservadores, por outro lado, tentam fazer ressoar o sino do saudosismo em relação ao regime, ecoando mensagens de propaganda produzidas com maior ênfase durante a atuação do General Garrastazu Médici na Presidência da República, entre 1969 e 1974.

Fagundes (2014) aponta que o Golpe de 1964 pode ser analisado em três fases, a saber: (i) conspiração, (ii) tomada de poder e (iii) construção do novo regime. O referido autor aponta que o bloco civil-militar que conspirou e derrubou o presidente João Goulart não era monolítico, coeso e coerente. Ao contrário disso, tratava-se de uma unidade multifacetada, com motivações variadas – envolvendo desde o alto comando das Forças Armadas, até conspiracionistas de caserna, de baixas patentes. Segundo o referido autor,

As motivações que levaram ao golpe são muitas e de ordem variada, para os seus autores as causas principais estavam na desordem política e social e na instabilidade que o país enfrentava, na corrupção generalizada, na subversão e na ameaça do comunismo e, sobretudo entre os militares, na crise hierárquica dentro das forças armadas que, em grande medida, decorria da interferência do governo Goulart [...].(FAGUNDES, 2014, p. 61)

Vale salientar que o golpe e seus idealizadores não traziam nenhum projeto de futuro, apenas slogans e interesses difusos ou projetos pessoais de poder, sendo seus multifacetados motivos insuficientes para garantir uma mínima governabilidade para o regime ditatorial de longa duração como o que se instaurou no Brasil. Diante disso, colocavam-se os desafios de buscar consensos internos nas forças armadas e propagar um discurso anticomunista difuso, apelando ao pânico moral como tática de choque pavor (KLEIN, 2008) , de modo a aplinar possíveis resistências de setores democráticos, de maneira organizada ou individual.

Naomi Klein, ao discutir o que ela chamou de “Doutrina do Choque”, analisa o processo de “choque e pavor” a que são submetidas as populações e territórios alvos de políticas neoliberais. Ela compara tal “doutrina” à tortura realizada com prisioneiros políticos em situações extremas de guerra tradicional. Segundo a autora, a tortura “não é apenas uma ferramenta empregada para forçar a aceitação de políticas não desejadas por populações rebeladas; é também uma metáfora da lógica que permeia a doutrina do choque.” (KLEIN, 2008, p. 25).

Para a autora, a prática da tortura (que objetiva colocar o prisioneiro em estado de desorientação e choque) obedece a uma lógica que busca promover a ruptura cognitiva violenta entre o prisioneiro e a sua capacidade de compreender o mundo. Nessa perspectiva, a “doutrina do choque” reproduz esse processo em escala massiva, fazendo com que eventos traumáticos produzam esses efeitos em uma determinada população, facilitando processos de manipulação e adesão a determinadas ideias e práticas políticas.

Nesse contexto, a Escola Superior de Guerra (ESG) desempenhou um papel importante, uma vez que foi o espaço de desenvolvimento das justificativas ideológicas militares e políticas para o regime, atuando como um *think tank* (ROCHA, 2015), adaptando a Doutrina de Segurança Nacional para o ambiente interno nacional.

De acordo com Rocha (2015), os *think tanks* constituem-se como instituições de pesquisa e análise atuando a partir da sociedade civil, visando influenciar tanto o governo quanto a opinião pública acerca de medidas a serem tomadas quanto a políticas públicas. Tais instituições podem ser independentes ou associadas a determinados grupos com interesses específicos e “costumam atuar como uma ponte entre a academia e demais comunidades epistêmicas e a esfera pública, na medida em que traduzem resultados de pesquisas especializadas para uma linguagem e um formato que sejam acessíveis para implementadores de políticas públicas e para a população em geral.” (ROCHA, 2015, p. 262).

A referida Doutrina de Segurança Nacional, segundo Fagundes (2014), é uma peça chave para compreender o período ditatorial militar:

Para a Doutrina de Segurança Nacional, a questão central é a garantia da segurança interna, que exige duas condições: a criação de um aparato repressivo, encimado por uma rede de informações que permita detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutralizá-lo/eliminá-lo, e a implementação de uma política de desenvolvimento econômico, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado. (NETTO, 2014, p. 76-77)

Nessa análise, é imprescindível tecer algumas considerações sobre a conjuntura internacional, pois ela trouxe elementos determinantes para o desenvolvimento do regime. O clima da Guerra Fria e a polarização entre capitalismo e socialismo, a Revolução Cubana, a fragilização da hegemonia norte-americana nos anos 1960, somadas às reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart, colocaram em tela a ideia de que, com a influência soviética, o conhecido “perigo comunista” e suas ameaças rondavam os quatro cantos do planeta.

De acordo com Netto (2014), as reformas propostas por Jango foram interpretadas como um giro à esquerda, agudizando assim a polarização ideológica no país e impulsionando a retórica moralista da direita (que classificava o governo como corrupto), que se colocou como defensora da “democracia” frente ao “perigo vermelho” que estaria ameaçando o país.

Tal influência estaria ameaçando não somente a segurança, o desenvolvimento, o progresso e a ordem, mas também o cristianismo, o código moral, os bons costumes e toda a suposta base da civilização cristã no ocidente. Tal perspectiva foi fundamental para a instauração de um clima de tensão internacional, que contribuiu para o fomento do anticomunismo em diversos países, entre eles o Brasil. Como se pode notar, a tática do pânico moral (McLuhan, 1964) já estava colocada como preparação ideológica da Ditadura.

Desse modo, o anticomunismo foi construído como elemento ideológico central para detonar e sustentar o golpe de 1964, influenciado e financiado pelos Estados Unidos, que buscava deter e reverter a erosão de sua hegemonia, operando o que Fernandes (2020) apresenta como contrarrevolução preventiva. Anticomunismo pode ser definido como uma doutrina de oposição incondicional e radical ao comunismo, englobando diversas forças políticas e sociais, dos mais variados espectros ideológicos. Ganhou força a partir de 1917 em função da revolução Bolchevique na Rússia e se atualiza continuamente, a exemplo da Guerra Fria conforme mencionado anteriormente.

Florestan Fernandes (2020), ao discutir a revolução burguesa no Brasil, detalha o processo de abandono das perspectivas radicais de mudança e a opção por saídas reformistas e conservadoras por parte da classe burguesa. Tal processo imprimiu um caráter autocrático ao Estado que cada vez mais abre espaço para forças conservadoras radicalizadas em seu interior, estreitando assim o vínculo entre a função autoritária do Estado e os militares. Essa configuração assumida também exigiu da burguesia a ampliação do seu caráter contrarrevolucionário, transformando-se numa posição estratégica permanente, ativada preventivamente em casos de (supostas) ameaças à sua dominação.

Assim, o regime ditatorial militar se instaurou com base em um discurso moralista, que em tese (fantasiosa) combatia a corrupção, enquanto propagava o mito de que a intenção da intervenção militar era garantir a segurança nacional e as eleições presidenciais de 1965. Em substância, o golpe se constituía como uma estratégia para garantir os interesses das multinacionais, reforçar o papel secundário e subalterno do Brasil no contexto da divisão internacional dos mercados de capital e trabalho. Um dos elementos que permitem tal afirmação

foi a massiva colaboração estadunidense na preparação do Golpe de Estado e na sua manutenção, por meio de vultuosos financiamentos para *Think Tanks*, tais como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

O IBAD e o IPES, foram institutos criados em 1959 e 1961, respectivamente, por empresários de São Paulo e Rio de Janeiro do ramo da publicidade e comunicação e tinham como objetivo espalhar ideologia anticomunista no país. O IBAD possuía a revista *ação democrática* cujo conteúdo buscava “denunciar” a infiltração do comunismo no país e incentivar a organização da população contra tais “perigos”. O IPES por sua vez, distribuía cartilhas informativas e organizava palestras onde se denunciava a “ameaça comunista”, além de monitorar as atividades dos supostos “inimigos” (MOTTA, 2000).

O fantasma do “perigo vermelho” tornou-se importante elemento para que o pensamento da Escola Superior de Guerra se tornasse predominante dentro das forças armadas e para conquista de adesão popular ao golpe, servindo, posteriormente, de pretexto para muitas ações impopulares dos governos militares, bem como para justificação da permanência desses e da repressão que empreendiam. Netto (2014) tece considerações acerca do papel desempenhado pela Igreja Católica nesse contexto, afirmando que

A Igreja Católica participou intensamente da cruzada antidemocrática contra Jango, conduzida para conjurar o “perigo vermelho” — praticamente toda a sua hierarquia contribuiu ativamente na desestabilização do governo; só no final da década de 1960, alguns hierarcas e, em seguida, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB (que, em junho de 1964, saudou a deposição de Jango) compreenderam a significação do golpe e redimensionaram a sua atuação. (NETTO, 2014, p. 47)

Em suma, o fato é que a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida no contexto da Guerra Fria, é utilizada como elemento fundamental para instauração do Golpe civil-militar, tinha como premissa proteger a nação de um inimigo interno, a ser combatido e eliminado, adotando, inclusive, táticas de guerra contra civis brasileiros, o que contraria Tratados Internacionais em Direitos Humanos.

Elogio à ditadura e bolsolavismo

Diante dessas considerações, faz-se importante sinalizar as confluências entre a ditadura civil-militar e a ascensão do bolsonarismo como representação da extrema-direita brasileira na atualidade. Bolsonaro, pertenceu aos quadros do Exército brasileiro, mas foi saído da força em uma

espécie de “expulsão” disfarçada (Carvalho, 2019), é um entusiasta desse período obscuro da história brasileira e sua chegada à presidência guarda similitudes com a instauração do regime militar instaurado após 1964, ao menos em termos ideológicos, sem embargo do reconhecimento de sua vitória eleitoral. O professor e ensaísta João Rocha (2020) argumenta que o bolsonarismo:

[...] é um poderoso sistema de crenças resultante do encontro de três fatores: a Doutrina de Segurança Nacional, um livro secreto da ditadura e a pregação de Olavo de Carvalho. A combinação articula uma visão de mundo bélica, expressa numa retórica de ódio alimentada por teorias conspiratórias, que precisa ser decifrada para ser superada. (ROCHA, 2020)

O primeiro fator salientado pelo referido autor trata de uma atualização de determinado aspecto da Doutrina de Segurança Nacional em um contexto democrático, como exemplo fatídico desse ponto, podemos notar a reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Na mentalidade bolsonarista, a identificação e eliminação de um “inimigo interno” está na ordem do dia, constituindo assim uma tática de ação política que pretende construir adesão pela imposição do medo.

Bolsonaro, em diversas ocasiões no debate público (pronunciamentos, entrevistas, inserções em redes sociais, podcasts, entre outros) enalteceu o período da ditadura militar, afirmando uma pisada retórica ufanista, segundo a qual a ditadura teria desempenhado um papel importante na eliminação da “comunismo” e dos riscos que esse poderia trazer para o Brasil. Com esse discurso, ele ecoa uma sinistra tese presente na obra ORVIL (Maciel, Nascimento, 2012), segundo a qual as esquerdas brasileiras seriam uma espécie de exército clandestino permanentemente disposto a impor um regime comunista no Brasil.

Para o então Presidente, essa suposta “ameaça vermelha” seria um “perigo” concreto, incessante, o que redundava em um discurso monotemático e abstrato, excluindo do programa de governo pautas e problemas reais, tais como o orçamento da união, o endividamento do Estado, a asfixia do financiamento das políticas sociais, entre outros. Em 2019, durante jantar na sede da residência oficial do embaixador do Brasil em Washington¹, o presidente Jair Bolsonaro disse que o país “estava caminhando para o socialismo, para o comunismo”. Ao se referir aos comunistas com termos depreciativos e falar veementemente sobre a necessidade de sua erradicação em atos de campanha para o pleito presidencial, o então candidato Bolsonaro angariava efusivas

¹ Em jantar na sede da residência oficial do embaixador do Brasil em Washington, o presidente Jair Bolsonaro disse que o país “estava caminhando para o socialismo, para o comunismo”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w74fR4Epb9A&ab_channel=Poder360. Acesso em: 07 maio. 2024.

adesões em manifestações de grandes proporções, por vezes sendo ovacionado na proporção em que radicalizou o discurso.

Outro fator apresentado por Rocha (2020), que concorre para formulação do sistema de crenças bolsonaristas, diz respeito ao livro ORVIL, mencionado acima. Esse livro surge no cenário como um contraponto ao livro “Brasil: nunca mais”, publicado em 1985 pela Editora Vozes, que apresentou ao grande público a prática sistemática e difundida das torturas nos chamados “porões da ditadura”. *Brasil: nunca mais* (Arns, 1985) permanece sendo uma das mais importantes obras acerca do terrorismo de Estado praticado durante a ditadura militar.

Entre outros relatos, destacamos aqui: a tortura (que inclui relatos assombrosos), o assassinato e o desaparecimento de corpos de adversários políticos, reais ou supostos. A obra *Brasil: Nunca Mais* teve grande repercussão no cenário nacional e internacional, denunciando os crimes do regime dos Generais-Presidentes. O livro ORVIL (2012), por sua vez, foi produzido secretamente na própria caserna e enumera crimes atribuídos à esquerda, aos guerrilheiros, que remontam ao inimigo permanente: o comunismo. Tal livro apresenta-se como uma espécie de “livro sagrado” para a família Bolsonaro, sendo uma das fontes de sua formação ideológica. Acerca disso, Rocha (2020) afirma:

Ora, para compreender a visão de mundo bélica e a estrutura de pensamento conspiratória do bolsonarismo basta associar os dois elementos. A DSN exige uma concepção agônica, que busca identificar e eliminar o inimigo. O “ORVIL” oferece a cereja do bolo: o movimento comunista internacional está sempre à espreita, levando à identificação imediata e sempre certa do adversário infatigável, o “perigo vermelho”, metamorfoseado na era digital em malévolo “globalismo”. (ROCHA, 2020, p. 7).

O terceiro elemento que assegura as bases para o fenômeno do bolsonarismo é o sistema de crenças do ex-astrólogo Olavo de Carvalho, do qual Bolsonaro é um discípulo. O guru do bolsonarismo, uma espécie de emulação “à brasileira” de Grigori Rasputin, proclama-se como “parteiro da nova direita brasileira”. O conteúdo disseminado por Olavo de Carvalho em seus livros e nas redes sociais constitui um verdadeiro elogio ao obscurantismo, à negação da ciência moderna, repleto de teorias conspiratórias e discurso anticomunista.

A atuação verborrágica do ex-astrólogo serviu como uma “pedagogia da ofensa”, que degenera o debate público em coleções de xingamentos, apelidos depreciativos, ofensas pessoais e repetição de teorias conspiratórias - todos esses elementos são traços característicos que se reproduzem entre os bolsonaristas, sejam eles políticos profissionais atuando em cargos Poder

Legislativo, sejam cidadãos comuns. Olavo de Carvalho formou uma juventude reacionária, pronta e disposta à adesão ao discurso fascistizante de Bolsonaro.

A retórica do ódio é a mais completa tradução das consequências plúmbeas da DSN, limitando o outro ao papel de antagonista, inimigo a ser destruído [...] O bolsolavismo é um poderoso sistema de crenças, dotado de coerência interna paranoica, tornando-o praticamente imune ao princípio de realidade. Eis a definição da guerra cultural bolsonarista, o verdadeiro centro de gravidade que permitiu a vitória eleitoral de Bolsonaro. (ROCHA, 2020, p. 7).

O sistema de crenças olavista, operando como ideologia-base do bolsonarismo, é pautado em teorias de conspiração do período militar brasileiro. Entre outras, destacamos a ideia de um suposto “marxismo cultural”, que deveria ser combatido no campo da cultura, da política e da arte, necessitando assim de estratégias de guerra diferentes do período da Ditadura. Para Melo (2020), a conspiração do “marxismo cultural” fomentada por Olavo e seus discípulos é parte constitutiva central do conteúdo ideológico bolsonarista, influenciando assim sua atuação política e de seus militantes.

O que aqui chamamos de *bolsolavismo* é justamente a ideologia formada pela revitalização bolsonarista dos componentes ideológicos presentes no período ditatorial e que são condensados pelas reflexões do seu intelectual mais proeminente e central: Olavo de Carvalho. A intercessão entre esses dois fatores serviu como sustentação ideológica nos primeiros dois anos da “Era Bolsonaro”.

Se analisarmos a “produção teórica” de Carvalho, identificamos um número expressivo de livros cujo conteúdo político-ideológico tem inspiração nas visões de mundo alimentadas durante a ditadura militar brasileira, a exemplo do ORVIL. Conforme citado anteriormente, tal livro conta com mais de 900 páginas, apresenta revisionismo histórico dos acontecimentos no país, contendo capítulos sobre “Os crimes do PCB”, “O assalto ao poder” e um intitulado “A revolução democrática de 1964” em que os militares são apresentados como *salvadores* do país frente à ameaça comunista (MACIEL; NASCIMENTO, 2012), ativando uma cultura política reacionária.

Nesse sentido, Carvalho reflete sobre a ameaça do “marxismo cultural” em seu livro intitulado “A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci”, onde tece considerações sobre a figura de Antonio Gramsci e sobre o que ele chama de *gramscismo*. Segundo ele, as ideias de Gramsci estariam dominando a sociedade e exercendo uma hegemonia cuja função é “chegar ao poder quando já não houver mais ideias adversas no repertório mental do povo” (CARVALHO, 1994, p.55).

Tal retórica, representa a base da desqualificação e ataque ao pensamento crítico na sociedade e em especial às universidades públicas no país, que segundo Olavo e seus discípulos² estariam dominados pelo “marxismo cultural”, citado anteriormente. Esse ataque ao pensamento crítico aliado ao fomento de um revisionismo histórico produziu uma massa de militantes *negacionistas* da ciência inspirados por teorias conspiratórias, que vão desde acreditar que a terra é plana, até assumir que o novo Coronavírus é um “vírus comunista” e parte do plano de dominação mundial do marxismo.

Os efeitos desse discurso negacionista promovido por Bolsonaro e respaldado pelas visões de mundo presentes no *bolsolavismo* se fizeram presentes na pandemia de Covid no país. Uma das consequências disso é que milhões de apoiadores do então Presidente negaram a ciência e desconsideraram os efeitos da vacina com uma miríade de *fake news*. Em contraste, aderiram ao chamado *tratamento precoce*, comprovadamente ineficaz para o *sars-cov-2*.

Conforme discute o professor Calil (2021), a negação da pandemia configurou-se como uma estratégia bolsonarista executada pelo Estado brasileiro no sentido de propagação do vírus, para atingir a assim chamada *imunidade de rebanho*, algo que se coaduna com uma espécie de *darwinismo social*, métrica mais profunda que dá conteúdo aos discursos que naturalizam a desigualdade social.

Considerações finais

A presente reflexão visou apresentar algumas considerações acerca do processo de formação ideológica do *bolsolavismo*, buscando na ditadura militar brasileira as raízes ideo-políticas e históricas desse fenômeno. A ditadura militar representa um importante capítulo da história brasileira e as consequências de seus 21 anos de duração reverberam ainda hoje na sociedade, sobretudo no que tange à cultura do autoritarismo, da intolerância política e religiosa, do ataque aos direitos sociais e dos povos originários.

Esse capítulo da história do Brasil precisa ser rememorada para que se possa compreender criticamente o teor dos acontecimentos que estão em curso na contemporaneidade, assim como para decifrar o significado do projeto de poder imposto na “Era Bolsonaro”, uma que ele representa riscos para a ordem democrática e constitucional, que são desdobramentos do seu

² Um dos alunos mais proeminentes de Olavo de Carvalho é Miguel Nagib, fundador e idealizador do projeto “Escola sem Partido” que, como se sabe, busca combater o pensamento crítico nas escolas brasileiras.

extremismo reacionário, tendente ao elogio do Golpe de Estado e de desrespeito para com a estrutura institucional do Estado brasileiro.

A investigação dos fundamentos históricos e políticos-ideológicos do *bolsolavismo* é imprescindível para compreender o *modus operandi* da extrema-direita atuante no país hoje e seu resgate permite uma atualização da crítica ao período militar e a todas as violações cometidas pelos militares. Não se trata de uma coincidência que o governo de Jair Bolsonaro tenha a maior composição militar em seu quadro desde a redemocratização brasileira³, com dados que apontam a presença de militares em cargos de chefia e comando no alto escalão.

Representa na realidade a vinculação medular das ideologias do período ditatorial com a visão de mundo propagada por Bolsonaro, que encontra mediação também no revisionismo histórico e negacionismo veiculado por Olavo de Carvalho, o que apontamos no decorrer deste trabalho como sendo o *bolsolavismo*, o que corrobora com a hipótese de trabalho que apresentamos no início dessa discussão.

O horizonte de atuação do *bolsolavismo* tem em mira um passado autocrático, autoritário, de destruição dos avanços civilizacionais garantidos pela Constituição Federal de 1988. Seu extremismo de direita apresenta como desdobramento a incapacidade de construção de uma cultura política democrática, com respeito aos direitos individuais, aos Direitos Humanos e às liberdades individuais.

Referências

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CALIL, Gilberto Grassi. **A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2021, n. 140[Acesso 26 Ago 2021] pp. 30-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>>.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo: Todavia, 2019.

³ Um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que após dois anos de governo, o número de militares (6.157) ocupando cargos civis mais que dobrou em relação ao governo de Temer (2.765). A projeção inicial dava conta que a presença militar no governo bolsonarista chegaria a 35%, mas o relatório aponta uma presença de 43% dos cargos. Espaço de militares no governo Bolsonaro será o maior desde a redemocratização. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/espaco-de-militares-no-governo-bolsonaro-sera-maior-desde-redemocratizacao-23273792> Acesso em: 7 maio 2024. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml> Acesso em: 7 maio 2024.

CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi. 1994

FAGUNDES, A. L. C. **Do golpe à ditadura**: a doutrina de segurança nacional e a construção do regime militar. In: OPSIS, Catalão, v. 14, n. 1, p. 60-78, jan./jun, 2014

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. 6 Ed.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil – Tentativas de Tomada do Poder**. São Paulo: Ed Schoba, 2012.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem (understanding media). São Paulo: Cultrix, 1964.

MELO, Demian. **O Bolsonarismo como Fascismo do Século XXI**. In: REBUÁ, Eduardo et. al. (Org). (Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p.12-46.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho" : o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. . Acesso em: 25 jul. 2022.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ROCHA, Camila. **Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina**. In. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p.261-278.

ROCHA, J. C. C. A arquitetura da destruição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 ago. 2020. Disponível em:
https://www.academia.edu/43818016/Bolsonarismo_arquitetura_de_destrui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.